

Observatório de Governo Eletrônico para estudantes de graduação em Direito*

Observatorio de Gobierno Electrónico para estudiantes delicienciados en Derecho

Fernando Galindo Ayuda**
José Renato Gaziero Cella***

Resumo

O presente trabalho discorre sobre as mudanças havidas no processo de aprendizagem, em que a relação professor/aluno deixa de ser hierarquizada de forma vertical como no passado, em que o professor falava ex cathedra, e se volta para as aptidões que os alunos devem ser capazes de adquirir, de tal modo que o professor aparece como um guia encarregado de conduzir o aluno pelos caminhos adequados no grande emaranhado de informações assistemáticas proporcionado pela denominada Sociedade da Informação. Nesse mister, o uso adequado das novas tecnologias são de capital importância no processo de aprendizagem. É nesse contexto que se introduziram atividades de pesquisa EGOBS como parte integrante de disciplinas regulares das grades curriculares dos cursos de graduação em Direito da Universidade de Zaragoza, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, em que os estudantes foram instados a analisar criticamente e comparar sítios de governo eletrônico, que foram mapeados.

Palavras-chave: Docência. Sociedade da informação. Governo eletrônico.

* Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “Establecimiento en Iberoamérica del Observatorio de Gobierno Electrónico” - EGOBS, ação integrada para o fortalecimento institucional, financiado pela Agencia Española para la Cooperación Internacional al Desarrollo (AECID), 2009-2012.

** Professor Catedrático acreditado em Filosofia do Direito da Universidad de Zaragoza

*** Professor Adjunto de Filosofia do Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR.

Resumen

El trabajo analiza los cambios producidos en el proceso de aprendizaje, en el que la relación maestro / alumno ya no es jerárquica en forma vertical como en el pasado, cuando el profesor hablaba ex cathedra, sino que está dirigida a propiciar el ejercicio de habilidades que los estudiantes deben saber practicar en las actividades propias de profesiones concretas, por lo que el maestro en la actualidad es un guía encargado de conducir al alumno por los caminos adecuados en medio del enmarañamiento que constituye la gran cantidad de información de carácter asistémico que proporciona la llamada Sociedad de la Información. En este contexto el adiestramiento en un uso adecuado de las nuevas tecnologías es de suma importancia en el proceso de aprendizaje. Es en este contexto en el que hemos introducido actividades de investigación sobre Gobierno Electrónico (EGOBS) como parte integrante de cursos regulares de los programas de licenciatura en Derecho en la Universidad de Zaragoza, la Universidad Federal de Santa Catarina - UFSC, y la Universidad Católica de Paraná - PUCPR, solicitando a los estudiantes que realizaran ejercicios de comparación y análisis crítico de sitios de gobierno electrónico: páginas Web de instituciones públicas.

Palabras-clave: *Docencia. Sociedad de la información. Gobierno electrónico.*

Introdução

O presente artigo pretende compartilhar as experiências de docência que foram integradas ao projeto capitaneado pela Rede Jurídica para a Sociedade da Informação (LEFIS - *Legal Framework for the Information Society*)¹ e que se denomina Observatório EGOBS

¹ <http://www.lefis.org>

(Observatório de Governo Eletrônico)², cuja meta principal é o estudo independente das características e das realizações no domínio do governo eletrônico, caracterizado pelo conjunto de organizações e sistemas que são necessários para o governo produzir a prestação de serviços administrativos para os cidadãos e as empresas, com a ajuda dos recursos providos pelas Tecnologias da Informação e Comunicação.

O trabalho tem ênfase especial na verificação da observância, ou não, pelas ações governamentais na seara eletrônica, às regras, procedimentos e princípios consagrados na lei, incluindo o direito de participar das atividades por parte dos cidadãos, empresas e instituições, especialmente se as suas regras de execução respeitam pautas de proteção de dados e segurança das comunicações eletrônicas.

Para tanto, o grupo de pesquisa tem analisado e mapeado sítios eletrônicos de vários entes governamentais em todos os níveis, sendo que, experimentalmente, esta análise foi integrada formalmente como parte do conteúdo curricular de disciplinas de graduação em Direito ministradas pelos dois autores deste artigo e, ainda, pelo Prof. Aires José Rover³, experiência essa cujos resultados serão expostos no decorrer deste artigo.

² EGOBS é uma iniciativa que surgiu a partir da rede temática de Governo Eletrônico coordenada pela Universidade de Saragoça (Espanha) e cujas atividades envolvem, desde 2003, na sua vertente europeia, as Universidades de Burgos e Valladolid (Espanha), Universidade de Münster (Alemanha) e Queen's University de Belfast (Reino Unido). A vertente latino-americana agrega a Universidade Nacional de La Plata (Argentina), a Universidade Diego Portales (em Santiago do Chile), a Universidade de Havana (Cuba), a Universidade da República (em Montevideu, Uruguai), a Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis) e, mais recentemente, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba). A Associação para o Avanço da Tecnologia da Informação e Comércio Eletrônico (APTICE) é entidade colaboradora das atividades EGOBS. O Observatório faz parte da Rede Jurídica para a Sociedade da Informação - LEFIS (Legal Framework for the Information Society).

³ Professor adjunto de Informática Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

1 Ensino superior e TIC

O conceito de universidade⁴ se formou progressivamente, sendo que o seu modelo se desenvolveu a partir do século XII, impulsionado pelo episcopado e pelos reis. Rapidamente ela ganhou fama, imunidade e privilégios.

As universidades tinham jurisdições especiais e chegaram a controlar a cadeia produtiva dos livros (CHARVENAC, 1998, p. 34-35), que formam as primeiras Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Aos poucos, elas se emanciparam dos poderes centrais para chegarem ao formato atual.

Na atualidade, o acadêmico cresce e amadurece no e com o mundo digital. A sua expectativa é a de uma aprendizagem ativa e social que acompanhe as mudanças tecnológicas.

O acesso à informação fragmentada favorece as novas habilidades e os novos tipos de interação interpessoais com as tecnologias. Os vetores tecnológicos de comunicação/estudo se diversificam (computadores, *iphone*, celulares, *notebook* etc.), a rede social está se espalhando, o que faz do estudante um “gerenciador” e gerador do conhecimento, colocando-se ativamente no centro do dispositivo⁵ do conhecimento (CARON, 2007, p. 457).

A tendência da web (web 2.0) é privilegiar a inteligência coletiva, com participantes ativos na sua construção, ou seja, um cérebro global (O'REILLY, 2005). Assim, os novos estilos de interação com o

⁴ A palavra *Universi* e depois *Universitas* designava a totalidade dos mestres e alunos antes de designar a universidade de Paris e as outras, por extensão.

⁵ A palavra “dispositivo” é usada para descrever um sistema, um conjunto aberto para um propósito específico. De acordo com Michel Foucault (1975, p.458), um “dispositivo” é um “decidedly heterogeneous ensemble”, “a resolutely heterogeneous assemblage, containing discourses, institutions, architectural buildings, reglementary decisions, scientific statements, philosophical, moral, philanthropic propositions, in one word: said as well as non-said, those are the dispositif’s elements. The dispositif in itself is the network that we can establish between those elements”.

mundo estão influenciando o comportamento dos estudantes, o que os leva a desenvolver dispositivos mais “antropocentrados” e menos “tecnocentrados” (RABARDEL, 1995).

Flynn (1987) demonstrou que o aumento da demanda em estimulação intelectual⁶ é em grande parte devido à exposição intensiva as TIC. A era da informação está em acelerado andamento, de maneira que as Universidades devem acompanhar essas mudanças na maior medida possível, implementando estratégias de inclusão das TIC nas aulas, nos *campus* e nas suas extensões virtuais.

As TIC têm características favoráveis à mudança paradigmática. Elas incentivam formas participativas e ativas de estudar e trabalhar, mas, para que tenham efetividade, as estratégias de implantação devem incluir os professores no gerenciamento dos projetos, tanto na apropriação quanto na aplicação, e assim ganhar a adesão criando uma co-evolução entre as metodologias de ensino e a inclusão de tecnologias.

Vê-se que planejamentos em todos os níveis são imprescindíveis para resultados probatórios. É importante que sejam envolvidos nesse processo, além dos docentes e discentes, os gestores, os setores de infraestrutura e de formação continuada, e o setor financeiro (BARONE; HAGNER, 2001). As soluções ofertadas pelas TIC modificam profundamente as instituições, sendo que, para isso, uma adesão consensual desenhará mudanças objetivas e harmoniosas.

2 Docência no ensino superior

A universidade forma socialmente e tecnicamente o estudante, sendo que essa formação almeja fornecer aplicabilidade do conhecimento no mercado e, conseqüentemente, empregabilidade, o que significa capacidade de corresponder em uma demanda tecnológica e/ou comportamental. As transformações sociais fazem também com

⁶ O QI da população aumentou de maneira sensível.

que o foco da formação universitária se caracterize pela construção da autonomia do aluno na aquisição do saber, saber-ser e saber-aprender (BARBOT, 2003, p. 174). Conseqüentemente, além de teorizador, o professor transforma esse conhecimento em uma produção que seja compatível com a realidade e a vivência dos seus alunos.

Didaticamente, as tecnologias educacionais assumem uma função catalisadora, dado que apresentam oportunidades de incluir uma pedagogia ativa proporcionadora de autonomia no ensino superior, sendo que, para isso, são necessários investimentos em tempo e formação contínua por parte dos docentes e das Universidades.

Assim, a sociedade da informação e do conhecimento tende a incidir no papel do professor em relação à mediação entre o aluno e o conhecimento, o que se vê, também, na Reforma de Bolonha atualmente em curso na União Europeia.

O aspecto mercadológico influencia cada vez mais os conteúdos programáticos dos cursos e as formas como são ministrados. Assim, têm-se fortes vínculos entre o saber e o mundo empresarial concorrencial. As mudanças são rápidas e as áreas de atuação evoluem e são instituídas em um tempo reduzido. Profissões desaparecem, outras se formam, a probabilidade de se ter somente uma profissão ao longo da vida se tornou improvável; daí a necessidade do aluno ganhar autonomia, justificativa central para a mudança de paradigma na formação universitária.

Outra justificativa de mudança vem do fato de o aluno estar permanentemente estimulado pelas informações geradas pela sociedade de difusão midiática. Assim, o acesso ao conhecimento é facilitado, mas como efeito perverso existe a poluição gerada por esta massa informativa e, com isso, uma sobre-exposição informativa.

Então, torna-se necessário o auxílio de um guia para auxiliar na seleção e na organização objetiva dessas informações recolhidas de forma anárquica. Esse papel é objetivamente o assumido pelo professor no espaço virtual.

3 Desafios da formação docente para o uso das TIC

O domínio das Tecnologias Educacionais integra, nas ciências da educação, a psicologia da aprendizagem, a pedagogia baseada no audiovisual, a educação às mídias, a tecnologia da instrução, a informática e o *software* educativo, e a gestão dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem para uma educação midiaticizada (KARSENTI, 2005). Adiciona-se nessa lista a problemática de criação e difusão do material didático cada vez mais multimídia e multimodal e seus corolários para os professores: a perda de poder sobre o saber, real ou ressentido, que implica uma mudança de postura e a complexidade de gestão dos direitos autorais que sejam alheios ou pessoais.

Assim, as competências cobradas dos docentes se fazem transversais, as tecnologias incitam repensar as práticas, do que se originam tensões, desentendidos, empolgação, mas, sobretudo, inovações.

Os motivos da adesão nessa inclusão de tecnologias pelos docentes são diversos: a oportunidade de mudança, o pragmatismo (quando as tecnologias são soluções), a minimização de problemas (por exemplo, na recuperação de alunos), ou mesmo para que não se fique excluído das tendências atuais. Qualquer que seja o motivo de adesão, precisa-se ter consciência do tamanho da reorganização implícita, das escolhas decorrentes e do grau de complexidade dos processos envolvendo muitas áreas de conhecimento (BARBOT, 2003, p. 175).

Assim, a docência pede conhecimentos e competências de alto nível em vários domínios. Também pede aptidões e atitudes que facilitem o aprendizado e que permitam o desenvolvimento dos alunos em um quadro ético e sistêmico. Cabe ao professor escolher e aplicar as soluções de adequação com as especificidades dos seus alunos e dos resultados almejados, estando atento à carga de trabalho proporcionada, tanto pelas retroações quanto pelos requisitos cognitivos e metacognitivos resultantes da compreensão necessária dos fenômenos desencadeados pelo uso de tecnologias.

A identificação dessas escolhas precisa dos modelos pedagógicos e das soluções técnicas imprescindíveis para a operacionalização das atividades nesse contexto educacional (TCHOUNIKINE, 2009, p. 83).

4 Ensinar e aprender com o uso das TIC

No caso do uso de tecnologia voltada à distribuição espacial e temporal, o planejamento é central na proposta e na implementação das TIC. O mais importante é ter as metas claramente enunciadas, fazer com que o aluno esteja ciente da metodologia a ser utilizada e da estrutura da atividade, privilegiar estímulos usando o trabalho em grupo, a colaboração e cooperação, avaliação formativa e processual, definir tarefas com prazos, estar atento à retroação e cuidar para que a tecnologia seja integrada pelo aluno (HILU, 2006, p.148).

O docente organiza o aprendizado, conduz o percurso, estabelece o cronograma, anima o trabalho (presencial e não presencial - síncrono ou assíncrono - individual ou coletivo), acompanha os alunos na progressão de seu percurso por meio da resposta às questões, da motivação, do tratamento dos pontos particulares quando necessário, da ajuda na definição do projeto pessoal, da operação do balanço, da validação do aproveitamento do aluno nos diferentes pontos chaves do roteiro pedagógico.

Nesse cenário, similar em linhas gerais ao que vem sendo aplicado sem o auxílio da tecnologia, as TIC ampliam as possibilidades pedagógicas e o espaço, de maneira que essas dimensões implicam novos comportamentos.

Para alcançar a harmonia relacional, precisa-se do enunciado claro e estruturado das condições de acompanhamento, das regras relativas às trocas interpessoais, de disciplina individual, de definição de limite e de respeito ao espaço (tempo) dos professores, para não se deixar invadir o espaço alheio.

A difusão da informação no mundo digital tem contraparte, pois a facilidade de apropriação das informações incentiva comportamentos inadequados, tais como o plágio, a cópia de conteúdos etc. Por parte do professor, é necessária uma formação sobre os direitos autorais e uma sensibilização às consequências, caso não sejam respeitados; do valor das suas próprias produções científicas e educacionais. No processo avaliativo, o docente tem à sua disposição estratégias de detecção de plágios ou de trabalhos não realizados pelos alunos. Tais tarefas fazem com que os docentes conheçam seus alunos, o que favorece a detecção de distorções entre o desempenho participativo e os resultados avaliativos.

5 Possibilidades de uso das TIC

O uso das TIC varia em função do tipo, dos objetivos acadêmicos e das disciplinas. As escolhas das mídias e dos suportes, de modalidade e de organização, dependem do contexto de sua aplicação.

Erica de Vries (2001, p. 112) define uma tipologia de funções pedagógicas para *softwares* educativos que pode ser estendida ao uso das TIC em geral, conforme quadro, aqui complementado para o tema em exame, em que são definidas as oito funções pedagógicas e suas características:

Quadro 1 Funções pedagógicas e tipo de ferramenta usando TIC

Função pedagógica	Tipo de TIC / suporte	Teoria	Tarefa
Apresentar informação	Apostila eletrônica	Cognitivismo	Ler
Propor Exercícios	Questionário on-line / software	Behaviorista	Resolver
Ensinar	Tuto IA*	Cognitivista	Dialogar
Cativar atenção e motivação	Jogos, RPG virtual	Principalmente Behaviorista	Jogar Resolver
Fornecer espaços de exploração	Hipermídia (Internet)	Cognitivista Construtivista	Explorar
Fornecer ambiente de teste	Simulador	Construtivista Cognição situada	Modelizar
Fornecer ambiente para a descoberta de domínios abstratos	Micromundo Metaverso (Mundo virtual)	Construtivista	Materialização
Fornecer um espaço de colaboração	Ambiente virtual de aprendizagem, grupos de discussão, blog	Construtivista Cognição situada	Dialogar Escrever Comunicar

*IA: Inteligência Artificial

Nesse sentido, temas clássicos tais como democracia e liberdade, cujo estudo integra várias disciplinas nos Cursos de Graduação em Direito, podem ser examinados pelos estudantes no ambiente virtual, especialmente no que se refere à possibilidade de se fazer uma análise crítica das práticas de governo eletrônico existentes.

7 Mapeamento de Governo Eletrônico em Cursos de Graduação em Direito

O projeto EGOBS dispõe de um portal (<http://www.egov.ufsc.br/portal/>) em que estão reunidas todas as atividades do grupo de pesquisa,

dentre as quais o mapeamento dos sítios de governo eletrônicos analisados, sendo que no segundo semestre letivo do ano de 2010 os autores deste artigo e o Prof. Aires José Rover incluíram tarefas de análises desses sítios como conteúdos formais das disciplinas por eles ministradas na Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, na Universidad de Zaragoza e na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, respectivamente:



Mapeamento do Observatório de Governo Eletrônico

Nessas disciplinas, além das aptidões tradicionais que lhe são inerentes e que devem ser adquiridas pelos estudantes, foram agregados temas afeitos à Sociedade da Informação e ao Governo Eletrônico, assim sintetizados: 1. Analisar o fenômeno da denominada Sociedade do Conhecimento. 2. Verificar métodos para acesso criterioso e crítico a textos jurídicos. 3. Analisar o fenômeno da globalização e do multiculturalismo. 4. Identificar práticas de democracia digital e de governo eletrônico. 5. Analisar a ideia de Governo Eletrônico e de acesso eletrônico às atividades públicas. 6. Analisar práticas de administração pública relacionadas às TIC e à democracia eletrônica.

Dessa forma, os estudantes visitaram sítios de Governo Eletrônico e os analisaram a partir de respostas ao questionário abaixo, cujos resultados, em seguida, viriam a ser mapeados no portal do observatório: Questionário para aplicação da métrica LEFIS: desenvolvimento do governo eletrônico. O principal objetivo deste questionário é avaliar a performance de *websites* de governo eletrônico, considerando elementos-chaves do ambiente político, social e legal.

Perguntas sobre estatísticas gerais do país:

1. Qual é o percentual dos lares com acesso a Internet?
2. Qual é o percentual de indivíduos que usam a Internet para se comunicar com as autoridades?
3. Qual é o percentual de empresas que usam a Internet para se comunicar com as autoridades públicas para a obtenção de informações?
4. Qual é o percentual de empresas com acesso à Internet?
5. Qual é o percentual de indivíduos que utilizam a Internet pelo menos uma vez por semana?
6. Qual é o percentual de lares com conexão de banda larga?
7. Qual é o percentual de empresas com conexão de banda larga?
8. Qual é o percentual de indivíduos que fizeram compras *online* nos últimos três meses?
9. Qual é o percentual de empresas que receberam pedidos *online* no último ano?
10. Qual é o percentual de indivíduos que usam a Internet para interação com as autoridades públicas para a obtenção de informações?
11. Qual é o percentual de indivíduos que usam a Internet para interação com as autoridades públicas para baixar formulários?

Perguntas sobre as normas do país

12. Quantas leis de caráter federal, estadual, distrital, ou municipal existem com o fim de regular a administração eletrônica?
13. Quantas normas regulamentadoras de caráter federal, estadual, distrital ou municipal existem com o fim de regular a administração eletrônica?
14. Quantas leis de caráter federal, estadual, distrital ou municipal existem acerca de outras matérias, mas que fazem referência à administração eletrônica?
15. Quantas sentenças judiciais existem sobre a administração eletrônica?

Trâmites

16. De que forma os usuários podem obter informação prévia?
 - () Não se oferece informação.
 - () É oferecida informação de caráter geral na web
 - () Os usuários podem solicitar informações que são remetidas por correio normal.
 - () Os usuários podem solicitar informações que receberão por correio eletrônico.
 - () Os usuários podem solicitar informações que são disponibilizadas *online*.
 - () A página web indica o prazo em que a resposta será dada.
17. De que forma os usuários podem obter e enviar formulários?
18. De que forma os usuários podem realizar pagamento de taxas?
19. De que forma os usuários podem obter informação após o início de um trâmite?

Outras questões

20. A página web indica a sua data de criação?
21. A página web indica a data de sua última modificação?
22. A informação está atualizada?
23. Todas as páginas estão identificadas com o nome da instituição e o departamento responsável?
24. Todas as páginas oferecem informação de contato?
25. As páginas estão disponíveis em quais idiomas?
26. Todas as páginas estão disponíveis em inglês?
27. É oferecido aos usuários um questionário de satisfação?
28. É oferecido um formulário para sugestões, queixas ou perguntas?

Políticas de desenvolvimento das aplicações

29. São cumpridas as normas de proteção de dados?
30. São cumpridas as normativas ou padrões de segurança informática?
31. Existem regras para a solução de conflitos?

O trabalho realizado pelos estudantes de graduação em Direito lhes permite conhecer o grau de penetração que a internet tem no âmbito da sociedade civil, sejam pessoas naturais, sejam empresas; o acesso que essas pessoas têm à banda larga; as várias possibilidades de interação que a denominada *web 2.0* permite; a forma pela qual os entes governamentais, em todos os níveis, têm se valido desse instrumental interativo para prover aos cidadãos informações, serviços, consultas, tomadas compartilhadas de decisões etc.; as normas jurídicas que tenham sido editadas com a finalidade de regular o governo eletrônico; as decisões judiciais que tiveram o governo eletrônico como objeto de

discussão; o grau de confiabilidade e de respeito a padrões de proteção de dados pessoais; enfim, a análise levada a efeito pelos estudantes sobre as páginas eletrônicas governamentais demanda o estudo de temas clássicos como a democracia, a ideia de cidadania, a proteção da privacidade e dos dados pessoais, o regime jurídico de Direito Público, a ideia de prestação de serviços públicos, entre outros assuntos afetos à administração pública, sendo que todo esse arcabouço teórico é utilizado para extrair, por meio de observação empírica de páginas *web* governamentais, apreciação crítica, inclusive comparativa, das práticas da administração pública, se atendem ou não, com eficiência e em conformidade com a tecnologia disponível de interação virtual, aos ditames constitucionais e legais que regem a atividade administrativa.

Considerações finais

O presente artigo teve a pretensão de compartilhar a experiência que se realizou, no período letivo do segundo semestre de 2010, nos cursos de graduação em Direito da Universidad de Zaragoza, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, em que os estudantes, por meio de trabalho empírico complementar aos temas que integram o conteúdo curricular das disciplinas ministradas pelos autores deste trabalho e pelo Prof. Aires José Rover, promoveram análise crítica e comparativa de sítios eletrônicos de governo eletrônico.

A experiência de docência que se realizou concomitantemente nas três Universidades mencionadas fez parte do projeto capitaneado pela Rede Jurídica para a Sociedade da Informação (LEFIS - *Legal Framework for the Information Society*) e que se denomina Observatório EGOBS (Observatório de Governo Eletrônico), cuja meta principal é o estudo independente das características e das realizações no domínio do governo eletrônico. A pesquisa enfatiza a verificação da observância, ou não, pelas ações governamentais na seara eletrônica, às regras, procedimentos e princípios consagrados na lei, incluindo o direito de participar das atividades por parte dos cidadãos, empresas e instituições,

especialmente se as suas regras de execução respeitam pautas de proteção de dados e segurança das comunicações eletrônicas.

A inclusão dos estudantes de disciplinas regulares de graduação em Direito nas atividades de pesquisa EGOBS está em consonância com a percepção de que o ensino superior não pode mais passar ao largo do fenômeno que há tempos tem transformado as relações sociais em uma verdadeira Sociedade da Informação, o que traz desafios para a atividade docente, que não pode negligenciar a possibilidade do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC.

Para tanto, há que se cuidar da preparação dos professores para a conjugação ensino-aprendizagem com o uso das TIC. Neste sentido, as atividades experimentadas e que foram aqui relatadas estão alinhadas com essa nova perspectiva docente.

Com efeito, o mapeamento de governo eletrônico por estudantes de cursos de graduação em Direito, em disciplinas regulares da grade curricular, na forma que se praticou, propiciou aos alunos a aquisição de conhecimento sobre o grau de penetração que a internet tem no âmbito da sociedade civil; as várias possibilidades de interação que a denominada *web 2.0* permite; a forma pela qual os entes governamentais têm se valido desse instrumental interativo para prover aos cidadãos informações, serviços, consultas, tomadas compartilhadas de decisões etc.; as normas jurídicas que tenham sido editadas com a finalidade de regular o governo eletrônico; as decisões judiciais que tiveram o governo eletrônico como objeto de discussão; o grau de confiabilidade e de respeito a padrões de proteção de dados pessoais; enfim, a análise levada a efeito pelos estudantes sobre as páginas eletrônicas governamentais demandou o estudo de temas clássicos como a democracia, a ideia de cidadania, a proteção da privacidade e dos dados pessoais, o regime jurídico de Direito Público, a ideia de prestação de serviços públicos, entre outros assuntos afeitos à administração pública, sendo que todo esse arcabouço teórico foi utilizado para extrair, por meio de observação empírica de páginas *web* governamentais, apreciação crítica, inclusive comparativa, das práticas da administração pública, se

atendem ou não, com eficiência e em conformidade com a tecnologia disponível de interação virtual, aos ditames constitucionais e legais que regem a atividade administrativa.

Diante da experiência inicial, cujos resultados foram, sob nossa ótica, bastante positivos, pretendemos dar seguimento aos trabalhos nos próximos períodos letivos em todas as turmas, além de fomentar esse tipo de experiência para que outros docentes venham a aplicá-la de forma semelhante com seus alunos.

Referências

BARBOT, M. J. Médiatisation dans l'enseignement supérieur: vers un nouveau paradigme éducatif ? **ALSIC**, Chamalières, v. 6, n. 1, p. 169-182, jun. 2003.

BARCELLOS, Z.R. Matice e eureka: a criação de uma nova didática no ensino do jornalismo impresso. In: GOMES, P. V.; MENDES, A. M. C. P. **Tecnologia e Inovação na Educação Universitária**: o MATICE da PUCPR. Curitiba: Champagnat, 2006. p. 187-197.

BARONE, C. A.; HAGNER, P. R. Assessing conditions for campus transformation. In: BARONE, C. A.; HAGNER, P. R. (Org.). **Technology-enhanced teaching and learning, leading and supporting the transformation on your campus**. San Fransisco, CA: Jossey-Bass, 2001. p. 93-105.

CARON, Pierre-André. Web service plug-in to implement "dispositives" on web 2.0 applications. In: CREATING new learning experiences on a global scale: Second European Conference on Technology Enhanced Learning, Berlin, p. 457-462, Springer 2007.

CHAVERNAC, F. **Histoire de l'université d'aix**. Imprimerie et librairie Achille Makaire 2, rue Thiers, 1889, p. 34. Disponível em: <bnf ftp://ftp.bnf.fr/549/N5499789_PDF_1_-1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2009.

DE VRIES, E. Les logiciels d'apprentissage: panoplie ou éventail? **Revue française de pédagogie**, v. 137, p. 105-116, 2001. Disponível em:

<http://www.inrp.fr/publications/edition-electronique/revue-francaise-de-pedagogie/INRP_RF137_10.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2009.

FLYNN, J. R. Massive IQ gains in 14 nations: what iq tests really measure. **Psychological Bulletin**, New York, n. 101, p. 171-191, 1987.

HILU, L. Aplicação do matice nos diversos contextos universitários: cursos de extensão, técnico, de graduação e pós-graduação. In: GOMES, P.; VARELLA; MENDES, A. M. C. P. **Tecnologia e inovação na educação universitária: O MATICE DA PUCPR**. Curitiba: Champagnat, 2006. p. 141-159.

KARSENTI, T. **L'intégration pédagogique des TIC dans le travail enseignant: recherches et pratiques**. 2005. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=zLxzwBszO4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#PPA18,M1>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

LEBRUN, M. **E-Learning pour enseigner et apprendre**. Louvain: Bruylant-Academia, 2005.

O'REILLY, T. **What is web 2.0 design: patterns and business models for the next generation of software**, 09/30/2005. Disponível em: <<http://www.oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>> Acesso em: 21 jun. 2010.

RABARDEL, P. **Les hommes et les technologies une approche cognitive des instruments contemporains**. Paris: Armand Colin, 1995.

SILVA, G. C. A tecnologia como problema para uma teoria crítica da educação. Pro-posições, v. 18, n. 1, p. 115-133, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/52-dossie-silvagc.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

TCHOUNIKINE, P. Précis de recherche en ingénierie des EIAH. 2009. Disponível em: <<http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/42/98/59/PDF/PrecisV1.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

Recebido em: 12/07/2011

Avaliado em: 10/10/2011

Aprovado para publicação em: 27/10/2011